



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL**

Pregão, na forma Eletrônica nº 018/2021-GSI		Data de Abertura: 30/11/2021 às 09:30h no sítio www.gov.br/compras/pt-br	
Objeto			
Aquisição de acessórios para automóveis, máquinas, ferramentas e utensílios de oficina e material de comunicações.			
Valor Total Estimado			
R\$ 375.175,23 (trezentos e setenta e cinco mil, cento e setenta e cinco reais e vinte e três centavos).			
Local da Entrega do Bem/Material			
Brasília/DF			
Registro de Preços?	Vistoria	Instrumento Contratual	Critério de Julgamento das propostas:
NÃO	NÃO	CONTRATO para os itens 41,42,43 e 56 Demais itens NOTA DE EMPENHO	MENOR PREÇO TOTAL POR ITEM
Exclusiva ME/EPP?		Cota Reservada ME/EPP?	Exige Amostra?
01 a 52 ,54 e 55		NÃO	SIM
Dec. nº 7.174/2010?			
NÃO			
Modo de Disputa			
A disputa dar-se-á pelo MODO ABERTO E FECHADO, nos termos do item 7.9 do edital.			
DESTAQUES			
<p>ATENÇÃO. A prática das condutas previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 (deixar de entregar ou desistir da proposta, ensejar o retardamento da licitação, não apresentar a documentação exigida, entre outras), poderá acarretar na aplicação da penalidade de IMPEDIMENTO DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR COM A UNIÃO e suspensão do SICAF, por período que poderá chegar a até 5 anos, em cumprimento à legislação vigente e à Instrução Normativa da Secretaria de Administração da Presidência da República nº 1, de 23 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 24 de novembro de 2020, que estabelece procedimentos para a definição da dosimetria na aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar prevista no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.</p> <p>A Instrução Normativa poderá ser consultada no endereço: https://www.in.gov.br/web/dou/-/instrucao-normativa-sa/sg-pr-n-1-de-23-de-novembro-de-2020-289761145</p> <p>Recomendamos a atenta leitura do instrumento convocatório e alertamos para o acompanhamento do andamento do certame e quanto à necessidade de cautela quando da apresentação das propostas, cuidando para que não ocorra desconexão, nem deixem de atender as solicitações do pregoeiro, a fim de evitar a prática de condutas que poderá acarretar na aplicação das sanções previstas.</p>			

Acompanhe as sessões públicas dos Pregões Eletrônicos da Secretaria Especial de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República pelo endereço www.gov.br/compras/pt-br, selecionando as opções **Consultas > Pregões > Em andamento > Cód. UASG “110322”**. O edital e outros anexos estão disponíveis para download no Sistema Comprasnet e também no endereço: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/secretaria-de-administracao/licitacoes>



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2021 - GSI
Processo Administrativo nº 00185.001190/2021-02

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a União, por intermédio do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, inscrita no CNPJ sob o nº 09.399.736/0001-59), mediante o Pregoeiro designado pela Portaria nº 281, de 10 de novembro de 2020, publicada na Seção 2 do Diário Oficial da União de 11 de novembro de 2020, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, e aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: **30/11/2021**

Horário: **9h30**

Local: **Portal de Compras do Governo Federal- www.gov.br/compras/pt-br**

UASG: 110322

1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de acessórios para automóveis, máquinas, ferramentas e utensílios de oficina e material de comunicações, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3 O critério de julgamento adotado será o menor preço total por item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 110322

Fonte: 100

Programa de Trabalho: 168499

Natureza de Despesa: 33.90.30 (R\$ 84.653,31) 44.90.52 (R\$ 290.521,92)

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras/pt-br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no artigo 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.1.2 Para os 01 a 52, 54 e 55, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.2 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.3 Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2 que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

4.3.3 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.4 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.3.5 que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.6 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.3.7 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.4 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.4.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.4.1.1 nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.4.1.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.4.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.4.3 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.4.4 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.4.5 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.6 que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.4.7 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.8 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.5 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.1.1 A proposta de preços será apresentada em conformidade com o instrumento convocatório, contendo todos os elementos que influenciam no valor final da contratação, preenchida conforme Modelo de Proposta de Preços – Anexo II deste edital (Proposta Comercial), devendo conter:

5.1.1.1 Descrição clara e completa do objeto, contendo as especificações detalhadas, observada a descrição/especificação constante do Termo de Referência – Anexo I, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

5.1.1.2 Preços unitário e total, expressos em R\$ (reais), com aproximação de até duas casas decimais.

5.1.1.3 Prazo de validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.1.1.4 Declaração expressa de estarem incluídos no preço todos os impostos, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto deste pregão, nada mais sendo lícito pleitear a esse título.

5.1.1.5 Razão social, endereço completo e CNPJ da licitante, referência ao número do edital do pregão, bem como o nome do banco, o número da conta corrente e a respectiva agência onde deseja receber seus créditos.

5.1.1.6 Meios de comunicação disponíveis para contato, por exemplo, telefone e endereço eletrônico.

5.1.1.7 Qualificação do preposto autorizado a firmar o contrato, tais como, nome completo, CPF, carteira de identidade.

5.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4 O licitante que estiver com alguma documentação vencida junto ao SICAF deverá encaminhar, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação.

5.5 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.6 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.7 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 Valor unitário e total do item;

6.1.2 Marca;

6.1.3 Fabricante;

6.1.4 Descrição detalhada do objeto.

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5 O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão pública.

6.6 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.6.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou ilegalidades.

7.2.1 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam

ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.1 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.12.1 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13 Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

7.14 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente ao Ministério da Economia;

7.14.1 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

7.15 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19 O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO TOTAL POR ITEM**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.20 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21 Em relação aos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2007, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.22 Nessas condições as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.23 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.24 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.25 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.26 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.27 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

7.27.1 no país;

7.27.2 por empresas brasileiras;

7.27.3 por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.27.4 por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.28 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.29 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.29.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.29.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.31 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.

8.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.2.1 Consideram-se preços manifestamente inexequíveis aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

8.3 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.4 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.5 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02 (duas) horas** sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.5.2 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço proposto.

8.6 Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pela documentação será exigido que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6.1 Será exigida amostra para os seguintes itens: 41 - Fone de ouvido e microfone de lapela com PTT lateral e prendedor metálico; ITEM 42 - Tubo acústico transparente espiralado compatível com fone de ouvido com 2 fios RLN5311B; ITEM 43 - Pontas de borracha padrão de reposição transparente; ITEM 53 - Sirene multiaplicação, Tipo: Eletrônica, saída de 12V e ITEM 54 - Giroled com fio - Sinalizador automotivo, material policarbonato, cor rubi, tensão 12 V

8.6.2 A amostra deverá ser entregues, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, a contar da solicitação do órgão no seguinte endereço: Avenida N2 Norte – S/N – Atrás do Palácio do Planalto, CEP 70.150-900 - Brasília-DF, na Coordenação-Geral de Logística do Departamento de Segurança e Presidencial (DSeg) - Pavilhão de Comando da Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial - Piso Inferior - Sala 100 - telefone (61) 3411-6689..

8.6.2.1 A amostra deverá estar identificada da seguinte maneira:

- a) Número do Pregão;
- b) Número do item;
- c) Nome da empresa licitante.

8.6.2.2 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.6.2.3 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.6.3 A análise das amostras consiste na avaliação das condições mínimas de apresentação do bem, conservação das embalagens, prazo de validade e demais requisitos previstos na legislação vigente para a industrialização e embalo, caso existente. Também serão verificadas as demais exigências inerentes à descrição de cada bem objeto do Termo de Referência:

- a) Não será aceito bem que apresente vestígios de violação da embalagem original do fabricante ou que fuja do padrão de segurança exigido para esse tipo de bem.
- b) Será impugnado o bem que não apresente, de forma impressa, na embalagem original do fabricante, o prazo de validade.

8.6.4 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.6.5 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.6.6 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

8.6.7 A equipe técnica responsável pela análise emitirá relatório técnico especificando as razões de sua decisão quanto à aprovação ou não das amostras apresentadas.

8.6.8 Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 5 (cinco) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

8.6.8.1 A critério da Administração, a amostra aprovada poderá ser contabilizada como unidade fornecida.

8.6.9 Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

8.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.8 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.9 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.9.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.9.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.10 Nos itens não exclusivos a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.11 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1 SICAF;

9.1.2 Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.3.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.3.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.3.3 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.4 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.5 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto nos arts.10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.4 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.4.1 Na hipótese de serem solicitados pelo pregoeiro, os documentos serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de 2 (dois) dias úteis, à Coordenação de Licitações da Presidência da República, Palácio do Planalto – Anexo II, Ala “A”, Sala 201, em Brasília-DF, CEP 70.150-900, em envelope fechado e rubricado no fecho, especificando o número do pregão e os dados da empresa.

9.5 Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.7 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.8 O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes.

9.9 Ressalvado o disposto no **subitem 5.3**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.10 Habilitação jurídica:

9.10.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.10.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.10.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.10.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.10.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.10.6 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.10.9 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.10.11 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.11 Regularidade fiscal e trabalhista:

9.11.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.11.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.11.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.11.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.11.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.11.6 prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.11.7 caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.11.8 caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.12 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.13 A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, da qualificação econômico-financeira e da habilitação jurídica, conforme o caso, poderá ser substituída pela consulta ao SICAF, nos casos em que a empresa estiver habilitada no referido sistema, conforme o disposto nos arts. 4º, 6º, 10 a 16 e 21, inciso III, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018.

9.14 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.14.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.15 Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista da microempresa ou empresa de pequeno porte, esta será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.16 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.17 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.18 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.19 Nos itens não exclusivos a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.20 O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.20.1 Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.21 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DOS RECURSOS

10.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

10.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

10.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

10.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

10.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

14. DO TERMO DE CONTRATO / INSTRUMENTO EQUIVALENTE

14.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato para os itens 41, 42 e 43 e 56. Para os demais itens será emitida Nota de Empenho.

14.2 No ato da assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá apresentar:

14.2.1 O(s) documento(s) que lhe outorga(m) poderes para firmar o contrato (contrato social e/ou procuração);

14.2 A licitante vencedora deverá apresentar:

14.2.1 Declaração de que não mantém vínculo familiar entre sócios ou dirigentes da empresa com servidores do órgão contratante que tenha poder de influência sobre a condução da licitação (Acórdãos TCU 702/2016-P, 2057/2014-P, 1620/2013-P e 1160/2008-P), conforme modelo - Anexo III. A constatação da inveracidade da declaração será motivo para rescisão contratual, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

14.2.1.1 Considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);

14.2.2 Declaração, de acordo com o modelo constante do Anexo IV da Instrução Normativa nº 1.234/2012 da Receita Federal do Brasil, em 2 (duas) vias, assinada pelo seu representante legal, caso a licitante vencedora seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, conforme modelo - Anexo V deste edital.

14.2.2.1 A declaração poderá ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), desde que no documento eletrônico conste a assinatura digital do representante legal e respectiva data da assinatura.

14.3 O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato e aceitar a Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.3.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão para a assinatura do Termo de Contrato e aceite da Nota de Empenho, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento.

14.4 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.5 O Aceite da Nota de Empenho, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

14.5.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

14.5.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

14.5.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

14.6 O prazo de vigência da contratação é de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da sua assinatura, prorrogável conforme previsão no termo de referência e no instrumento contratual.

14.7 Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

14.7.1 Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

14.7.2 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

14.8 Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

14.9 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

15. DO REAJUSTAMENTO

15.1 Os preços são fixos e irrevogáveis.

16. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

16.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

17.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

18. DO PAGAMENTO

18.1 As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

18.1.1 É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

19.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, observando as disposições contidas na Instrução Normativa da Secretaria de Administração da Presidência da República nº 1, de 23 de novembro de 2020, o licitante/adjudicatário que:

19.1.1 não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar a nota de empenho, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

19.1.2 apresentar documentação falsa;

19.1.3 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

19.1.4 ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.5 não manter a proposta;

19.1.6 cometer fraude fiscal;

19.1.7 comportar-se de modo inidôneo;

19.2 Considera-se retardar a execução do objeto qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento da licitação, inclusive deixar de entregar a amostra no prazo assinalado no edital, que evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou que atrase a assinatura do contrato, conforme Instrução Normativa SA/PR nº 1, de 23 de novembro de 2020.

19.3 Considera-se não manter a proposta a ausência de seu envio, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento, nos termos da Instrução Normativa SA/PR nº 1, de 23 de novembro de 2020.

19.4 Considera-se comportar-se de modo inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como a fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original, de acordo com a Instrução Normativa SA/PR nº 1, de 23 de novembro de 2020.

19.5 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem 19.1 ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

19.5.1 Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

19.5.2 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos.

19.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

19.7 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho

fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

19.8 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.9 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.10 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

19.11 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

19.12 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19.14 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência e no Termo de Contrato.

20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

20.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

20.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail cpl@presidencia.gov.br ou por petição dirigida ou protocolada na Coordenação de Licitações, situada no Anexo II do Palácio do Planalto, Ala “A”, Sala 201, de segunda a sexta-feira, das 9h às 12h e das 14h às 17h.

20.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

20.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

20.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço eletrônico cpl@presidencia.gov.br.

20.6 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

20.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

20.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

20.8 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

21.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo Pregoeiro.

21.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

21.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras/pt-br e <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/secretaria-de-administracao/licitacoes>, e também poderá ser obtido na Coordenação de Licitações, situada no Anexo II, Ala “A”, Sala 201, do Palácio do Planalto, nos dias úteis, no horário das 9h às 12h e das 14h às 17h horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

21.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

21.12.1 ANEXO I – Termo de Referência;

21.12.1.1 APÊNDICE I do Termo de Referência – Especificações Técnicas Pórticos Detectores de Metais;

21.12.1.2 APÊNDICE II do Termo de Referência – Modelo de Ordem de Fornecimento;

21.12.1.3 APÊNDICE III do Termo de Referência – Modelo de Termo de Recebimento Provisório;

21.12.1.4 APÊNDICE IV do Termo de Referência – Modelo de Termo de Recebimento Definitivo;

- 21.12.1.5 APÊNDICE V do Termo de Referência – Modelo de Termo de Garantia;
- 21.12.1.6 APÊNDICE VI do Termo de Referência – Estudos Técnicos Preliminares;
- 21.12.2 ANEXO II – Modelo de Proposta;
- 21.12.3 ANEXO III – Declaração que não mantém familiar;
- 21.12.4 ANEXO IV – Declaração de Optante pelo Simples Nacional
- 21.12.5 ANEXO V – Minuta de Termo de Contrato

Brasília, 17 de novembro de 2021

Diego Fernandes do Nascimento
Pregoeiro – Presidência da República

ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2021 - GSI Processo Administrativo nº 00185.001190/2021-02

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 Aquisição de acessórios para automóveis, máquinas, ferramentas e utensílios de oficina e material de comunicações para o Departamento de Segurança Presidencial, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

NR ORD	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTD.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	ALICATE BICO, MATERIAL: AÇO CROMO VANÁDIO, TIPO:FINO E RETO, COMPRIMENTO:6 POL, APLICAÇÃO :MANUTENÇÃO EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS	398739	UN	7	79,18	554,26
2	ALICATE DE CORTE, MATERIAL: AÇO CROMO VANÁDIO, TIPO CORTE:DIAGONAL, MATERIAL CABO:PLÁSTICO, TIPO CABO:ISOLADO 1.000 VOLTS, COMPRIMENTO: 6 POL	336881	UN	7	59,08	413,56
3	ALICATE DESCASCAR FIO, MATERIAL AÇO, COMPRIMENTO 112 MM, ACABAMENTO REVESTIMENTO ISOLADO, CABO UTP/FTP, CFTV, RG58/RG59/RG62, CABOS ELÉTRICOS	450110	UN	2	50,98	101,96
4	ALICATE PARA CLIMPAR, MATERIAL METAL, TIPO CABO ISOLADO, APLICAÇÃO CONECTORES RJ11 E RJ45, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM SISTEMA DE APERTO CATRACA	301895	UN	2	72,38	144,76
5	ALICATE UNIVERSAL, MATERIAL EM AÇO CROMO VANÁDIO, TIPO RETO, MATERIAL CABO PLÁSTICO, TIPO CABO ISOLADO 750 VOLTS, TIPO CORTE LATERAL, COMPRIMENTO 8 POLEGADAS.	301253	UN	5	76,70	383,50
6	BATERIA ESTACIONÁRIA SELADA ALTA CAPACIDADE, TENSÃO NOMINAL 12V, CAPACIDADE NOMINAL 180 AH, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM INDICADOR DE TESTE QUE PERMITA IMEDIATA VERIFICAÇÃO, VIDA ÚTIL MÍNIMO 02 ANOS; TENSÃO DE FLUTUAÇÃO: 13,4 A 13,8V; TENSÃO DE CARGA: 14,4 A 14,8V; TENSÃO DE EQUALIZAÇÃO: 15,2 A 15,8V; PESO : 44,90 KG; GARANTIA: 24 MESES; DIMENSÕES (COMP X LARG X ALT) : 510 X 213 X 230 MM.APLICAÇÕES: UPS/NO-BREAK, PABX, CENTRAIS TELEFÔNICAS, SINALIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA, ENERGIA SOLAR, ENERGIA EÓLICA, MONITORAMENTO REMOTO, ALARMES, VIGILÂNCIA ELETRÔNICA, SUBESTAÇÕES ELÉTRICAS, BANCOS, TELECOMUNICAÇÕES E BANCOS DE DADOS. REFERÊNCIA BATERIA ESTACIONÁRIA SELADA BOSCH OU SUPERIOR.	337584	Un	2	1.203,85	2.407,70
7	BROCA WÍDIA, MATERIAL CORPO EM AÇO CARBONO, DIÂMETRO DE 8 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS HASTE	342482	un	8	12,74	101,92

NR ORD	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTD.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
	CILÍNDRICA, APLICAÇÃO PERFURAÇÃO DE CONCRETO					
8	BROCA WÍDIA, MATERIAL CORPO EM AÇO CARBONO, DIÂMETRO DE 10 MM, COMPRIMENTO DE 260 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ENCAIXE TIPO SDS PLUS, APLICAÇÃO:PERFURAÇÃO DE CONCRETO	358277	un	5	11,67	58,35
9	CABO ÁUDIO E VÍDEO\, APLICAÇÃO SISTEMA DE ÁUDIO E VÍDEO\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS XLR EM AMBAS AS PONTAS "MEDUSA"\, TIPO CABO MULTICABO\, QUANTIDADE DE VIAS 20, "CABO XLR CABO ÁUDIO E VÍDEO\, MATERIAL CONDUTOR COBRE\, MATERIAL ISOLAMENTO CO NDUTOR PVC\,APLICAÇÃO MICROFONE\, ACESSÓRIOS CONECTOR XLR MACHO E FÊMEA\, MATERIA L COBERTURAPVC EMBORRACHADO\, COMPRIMENTO 20 M. TRATAMENTO DIFERENCIADO: TIPO I -", CABO ÁUDIO E VÍDEO\, APLICAÇÃO CONECTAR CAMERA A MESA DE CORTE\, TIPO CABO RCA+BNC\, COMPRIMENTO 20 M	360591	Un	5	1.213,33	6.066,65
10	CABO LÓGICO BLINDADO, APLICAÇÃO: PARA REDE CAT6E SEM ESPELHO, FORMAÇÃO DO CABO: 4 X 24 AWG, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: O REVESTIMENTO EXTERNO DO CABO DEVERÁ TER UMA ESCA, MATERIAL DO CONDUTOR: COBRE RÍGIDO, NORMAS TÉCNICAS: EIA, TIA 568 A, MATERIAL ISOLAMENTO: PVC DE ALTA INTENSIDADE, ESPESSURA MÍNIMA: 0,58 MM, TIPO: STP DE PAR TRANÇADO, FAIXA DE FREQUÊNCIA: ATÉ 350 MHZ, RESISTÊNCIA A TRAÇÃO: ATÉ 400N. ROLO COM 100 M.	336974	Rolo	4	322,82	1291,28
11	CADEADO, MATERIAL LATÃO MACIÇO, MATERIAL HASTE AÇO CEMENTADO, COR AMARELA, ALTURA 25, LARGURA 17, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CAPA TERMOPLÁSTICA / 2 CHAVES, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR AS MARCAS PADO, PAPAIZ, STAM, GOLD, VONDER, NÃO PODENDO SER CADEADO CHINÊS, POIS ESTES PODEM SER ABERTOS COM UM CLIPS PARA PAPEL. (ACEITO VARIAÇÃO DE +OU- 5MM)	391565	un	10	14,93	149,30
12	CHAVE DE FENDA, MATERIAL: AÇO CROMO VANÁDIO - DIM 17200-59CR, CABO: POLIPROPILENO SIMPLES, TAMANHO:6 X 1/4 POL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: HASTE NIQUELADA E CROMADA/PONTA FOSFATIZADA, TIPO PONTA: FENDA CRUZADA.	388047	un	6	14,13	84,78
13	CONECTOR, MATERIAL PLÁSTICO RÍGIDO, TIPO RJ 45 MACHO, APLICAÇÃO CABEAMENTO ESTRUTURADO DE REDE DE INFORMÁTICA, PACOTE COM 100 UN.	333463	PCT	2	55,00	110,00
14	FERRAMENTA DE INSERÇÃO, TIPO USO PUCHDOWN, INSERÇÃO, FIXAÇÃO CONECTOR PLUG RJ45, APLICAÇÃO EM CABO DE REDE UTP/STP, 5E, KEYSTONE, PATCH PANEL	404466	UN	2	49,06	98,12
15	FERRO DE SOLDAR, POTÊNCIA 70W, TENSÃO 110 V, APLICAÇÃO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, FORMATO PONTA CÔNICO RETO, TIPO PONTA REMOVÍVEL	18465	UN	4	167,22	668,88

NR ORD	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTD.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
16	FERRO DE SOLDAR, POTÊNCIA 70W, TENSÃO 220 V, APLICAÇÃO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, FORMATO PONTA CÔNICO RETO, TIPO PONTA REMOVÍVEL	449212	Un	3	61,39	184,17
17	FIO ELÉTRICO ISOLADO, MATERIAL DO CONDUTOR COBRE, SEÇÃO NOMINAL 2,5 MM, TENSÃO ISOLAMENTO 750 V, MATERIAL ISOLAMENTO PVC, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS FLEXÍVEL, COR DO ISOLAMENTO VERMELHO, ROLO COM 100 M	418951	Rolo	2	273,97	547,94
18	FIO ELÉTRICO ISOLADO, MATERIAL DO CONDUTOR COBRE, SEÇÃO NOMINAL 2,5 MM, TENSÃO ISOLAMENTO 750 V, MATERIAL ISOLAMENTO PVC, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS FLEXÍVEL, COR DO ISOLAMENTO VERDE, ROLO COM 100 M	418951	Rolo	2	273,97	547,94
19	FIO ELÉTRICO ISOLADO, MATERIAL DO CONDUTOR COBRE, SEÇÃO NOMINAL 2,5 MM, TENSÃO ISOLAMENTO 750 V, MATERIAL ISOLAMENTO PVC, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS FLEXÍVEL, COR DO ISOLAMENTO BRANCA, ROLO COM 100 M	338236 / 418951	ROLO	3	273,97	821,91
20	FIO SOLDA, MATERIAL NÚCLEO: FLUXO, TEOR ESTANHO 40 PER, TEOR CHUMBO 60 PER, DIÂMETRO 2,40 MM, PRAZO VALIDADE 24 MESES, PERCENTUAL MATERIAL NÚCLEO 1,20 A 1,60 PER, NORMAS TÉCNICAS: ASTM B 32/94. CARRETELA COM 500G.	367332	Rolo	4	101,69	406,76
21	FITA ISOLANTE ELÉTRICA, COMPRIMENTO: 10 M, LARGURA: 19 MM, ESPESSURA: 0,76 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ALTA FUSÃO	321180	UN	30	33,00	990,00
22	FITA ISOLANTE ELÉTRICA, MATERIAL BÁSICO: PVC - CLORETO DE POLIVINILA, RESISTÊNCIA À TENSÃO: ATÉ 750 V, COR: PRETA, CLASSE TEMPERATURA: 90 °C, COMPRIMENTO: 20 M, LARGURA: 19 MM, ESPESSURA: 0,25 MM.	226938	Un	20	20,88	417,60
23	FUSÍVEL VEÍCULO AUTOMOTIVO, TIPO LÂMINA, AMPERAGEM 10 , APLICAÇÃO VEÍCULOS NACIONAIS E IMPORTADOS	227969	un	200	0,41	82,00
24	FUSÍVEL VEÍCULO AUTOMOTIVO, TIPO: LÂMINA, AMPERAGEM: 20, APLICAÇÃO: VEÍCULOS NACIONAIS E IMPORTADOS	227970	Un	200	0,41	82,00
25	FUSÍVEL VEÍCULO AUTOMOTIVO, TIPO: LÂMINA, AMPERAGEM: 5, APLICAÇÃO:VEÍCULOS NACIONAIS E IMPORTADOS	317780	UN	200	0,37	74,00
26	FUSÍVEL VEÍCULO AUTOMOTIVO, TIPO: MINI, ELEMENTO CURTO, APLICAÇÃO: VEÍCULOS NACIONAIS E IMPORTADOS, CORRENTE NOMINAL: 20 AH, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COR AMARELO	449209	UN	200	0,87	174,00
27	FUSÍVEL VIDRO, CORRENTE NOMINAL 3 AH, APLICAÇÃO PROTEÇÃO CIRCUITO ELÉTRICO, TIPO 2AG, TENSÃO NOMINAL 250 V.	124	UN	200	2,49	498,00
28	FUSÍVEL VIDRO, CORRENTE NOMINAL: 10 AH, APLICAÇÃO: APARELHOS ELÉTRICOS, DIÂMETRO NOMINAL: 5 MM, COMPRIMENTO NOMINAL: 25 MM	424336	UN	11	0,65	7,15
29	GARRA JACARÉ, MATERIAL: METAL, MATERIAL ISOLAMENTO: BORRACHA, COR: VERMELHA,	345944	UN	54	2,85	153,90

NR ORD	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTD.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
	COMPRIMENTO: 5 CM, ABERTURA : 25 MM, CORRENTE NOMINAL: 10 AH					
30	GARRA JACARÉ, MATERIAL: METAL, MATERIAL ISOLAMENTO:BORRACHA, COR:PRETA, COMPRIMENTO: 5 CM, ABERTURA: 25 MM, CORRENTE NOMINAL: 10 AH	345943	UN	50	1,01	50,50
31	ISOLANTE TÉRMICO, ASPECTO FÍSICO: PASTA, 100G, APLICAÇÃO: PROCESSADOR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONDUTIVIDADE TÉRMICA 9.24W/M.°C/ TEMPERATURA 0-200, MATERIAL: PRATA	333308	UN	9	46,10	414,90
32	PASSA FIO, MATERIAL AÇO, COMPRIMENTO 20 M, COM PONTA FLEXÍVEL	379008	UN	2	30,16	60,32
33	PISTOLA DE APLICAÇÃO DE COLA , TENSÃO ALIMENTAR 110/220, POTENCIA 60 W , APLICAÇÃO COLAGEM, CARACTERÍSTICAS, ADICIONAL PROFISSIONAL.	410348	UN	8	55,39	443,12
34	PLUGUE CONECTOR MACHO DE ACENDEDOR DE CIGARRO PARA CARRO / VEÍCULOS IDEAL PARA APLICAÇÕES EM EQUIPAMENTOS DE USO PORTÁTIL LIGADOS NA TOMADA 12V DOS VEÍCULOS. MATERIAL DO CORPO EM BAQUELITE; COMPRIMENTO TOTAL: 75 MM; DIÂMETRO DO CORPO: 19 MM; LARGURA DO CORPO COM AS TRAVAS DE PRESSÃO: 26,5 MM; DIÂMETRO DO PINO DE CONTATO FRONTAL: 3/16" (4,7MM)	77429	Un	25	18,60	465,00
35	RÉGUA ELÉTRICA, MATERIAL CHAPA AÇO SAE 1010, TIPO VERTICAL E HORIZONTAL, TAMANHO 1U, QUANTIDADE DE TOMADAS SAÍDA (2P + T), CHAVE LIGA/DESLIGA, SEM DISJUNTOR, COMPRIMENTO DO CABO 2M, TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO 110V/220V, APLICAÇÃO RACK PADRÃO 19	395404	UN	3	126,10	378,30
36	TUBO ISOLANTE, TIPO ESPAGUETE TERMOCONTRATIL, TAMANHO 12 MM, COR PRETA, NORMAS TÉCNICAS DTL-23053/5, APLICAÇÃO ELÉTRICA EM GERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ALTAMENTE RETARDANTE À CHAMA,COM PROTEÇÃO ANTI CHA, MATERIAL ISOLANTE BÁSICO. APROVAÇÃO UL: VW-1 600V A 125°C N° E204071 DE ACORDO COM NORMA ROHS, INDICADO PARA ISOLAÇÃO E VEDAÇÃO EM EMENDAS DE CABOS E CHÍCOTES. OFERECIDO EM ROLO COM 100 METROS DE COMPRIMENTO.	359515 / 330313	M	300	9,31	2793,00
37	RODA PARA APLICAÇÃO EM PÓRTICO DETECTOR DE METAL MÓVEL, FABRICA EM GEL CRISTAL, MEDINDO: 75 MM DE DIÂMETRO, ESPESSURA 22 MM. RODA COM ROLAMENTO FURO PASSANTE, INDICADA PARA APLICAÇÕES COMO, MÓVEIS, DISPLAYS, EXPOSITORES ETC. RODA INJETADA EM POLIURETANO TEMPERATURA MÍN. A MAX.: -20°C A 70°C DUREZA DA RODA: 95 SHO	150440	Un	40	34,90	1396,00
38	SOLUÇÃO LIMPADORA, APLICAÇÃO: LIMPEZA, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ÁLCOOL ISOPROPÍLICO 99%, EMBALAGEM DE 1 LITRO.	392302	L	5	60,00	300,00
39	SUGADOR DE SOLDA MANUAL, CORPO EM ALUMÍNIO, TAMANHO DE 194 MM.	60917	Un	5	93,50	467,50

NR ORD	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTD.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
40	TESTADOR, CONECTORES RJ11, RJ45 E USB, APLICAÇÃO EM REDE DE INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM LED INDICADORES DE LOCAL/DEFEITO E CONEXÕES INTER, MODELO LK-CTO6N	356306	UN	4	135,57	542,28
41	FONE DE OUVIDO E MICROFONE DE LAPELA COM PTT LATERAL E PRENDEDOR METÁLICO DE USO DISCRETO, COR BEGE, MARCA MOTOROLA. CONTENDO TUBO ACÚSTICO TRANSLÚCIDO ESPIRALADO, PONTA AUDITIVA DE SILICONE, PLUG MACHO DE 3,5MM ROSCÁVEL. COMPATÍVEL COM O ADAPTADOR BDN6783B, USADO NO RÁDIO PORTÁTIL MOTOROLA XTS 4250 E XTS 3000. MODELO DE REFERÊNCIA: MOTOROLA RLN5311B OU MELHOR QUALIDADE.	134635	Un	50	1.028,00	51.400,00
42	PEÇAS/ACESSÓRIOS - PONTAS AUDITIVA DE BORRACHA PADRÃO DE REPOSIÇÃO TRANSPARENTE , PACOTE COM 50 UNIDADES PARA UTILIZAÇÃO NO TUBO AUDITIVO RLN 6242 ,COMPATÍVEL COM AURICULAR BDN6668, PACOTE COM 50 UN.	134635	Pct	4	380,00	1.520,00
43	TUBO ACÚSTICO TRANSPARENTE ESPIRALADO COMPATÍVEL COM O FONE DE OUVIDO COM 2 FIOS RLN5311B. MODELO DE REFERÊNCIA: MOTOROLA RLN6242 OU MELHOR QUALIDADE.	428184	Un	100	68,00	6.800,00
44	JOGO DE CHAVE DE FENDA, MATERIAL HASTE AÇO CROMO VANÁDIO, TIPO PONTA CHATA, BITOLA 1/8X3, 3/16X4, 5/16X5, 3/16X6 E 1/8X8, APLICAÇÃO EM MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS, TIPO CABO ISOLADO	244903	JOGO	2	37,69	75,38
45	JOGO DE CHAVE DE FENDA, MATERIAL HASTE AÇO CROMO VANÁDIO, TIPO PONTA PHILLIPS, BITOLA 3X60, 4,5X80, 6X150, 8X200 E 10X150. APLICAÇÃO EM MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS, MATERIAL CABO POLIPROPILENO, TRATAMENTO SUPERFICIAL PONTA FOSFATIZADA	244905	JOGO	1	96,53	96,53
46	JOGO DE CHAVE, MATERIAL AÇO CROMO VANÁDIO, TIPO CANHÃO, QUANTIDADE DE PEÇAS 11, APLICAÇÃO EM MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS MECÂNICO/ELETRÔNICO, COMPONENTES 3, 5 6, 7 8, 9, 10, 11, 12, 13 E 14MM, MATERIAL CABO POLIPROPILENO, COM SEXTAVADO INTERNO, TAMANHO LONGO	245025	JOGO	2	130,57	261,14
47	JOGO DE CHAVE, MATERIAL AÇO CROMO VANÁDIO, TIPO FIXA, QUANTIDADE DE PEÇAS 8, APLICAÇÃO EM MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS MECÂNICO/ELETRÔNICO, COMPONENTES 6X7, 8X9, 10X11, 12X13, 14X15, 16X17, 18X19, 20X22, ACABAMENTO SUPERFICIAL CROMADO	251700	JOGO	2	220,98	441,96
48	JOGO DE CHAVE, MATERIAL AÇO CROMO VANÁDIO, TIPO ALLEN, QUANTIDADE DE PEÇAS 25, COMPONENTES 1.3, 1.5, 2, 2.5, 3, 4, 4.5, 5, 5.5, 6, 7, 8, 10MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PONTAS ABAULADAS	450448	JOGO	2	78,29	156,58
49	MULTÍMETRO, TENSÃO AC/CD 1000, CORRENTE DC 20, CORRENTE AC 20, RESISTÊNCIA 20, FREQUÊNCIA 200, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TRUE RMS/CATEGORIA	67601	UN	1	279,9	279,90

NR ORD	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTD.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
	III/PRECISÃO BÁSICA DE CAPACITÂNCIA 5000UF, TEMPERATURA 2º A 60º					
50	FURADEIRA E PARAFUSADEIRA DE IMPACTO, COM LUZ DE LED PARA MAIOR VISIBILIDADE DA ÁREA DE TRABALHO, MANDRIL DE APERTO RÁPIDO, BIVOLT (110V/220V) DUAS VELOCIDADES, 42 NM DE TORQUE, 16 POSIÇÕES DE TORQUE, MANDRIL DE 1/2" OU 13MM, VELOCIDADE SEM CARGA 450 RPM/1500 RPM, COM OS SEGUINTE ACESSÓRIOS: UM CARREGADOR DE BATERIA, DUAS BATERIAS ION LÍTIO 20V, MALETA PLÁSTICA	91057	UN	1	626,59	626,59
51	FURADEIRA ELÉTRICA DE IMPACTO QUE ATENDA ÀS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES: POTÊNCIA NÃO INFERIOR A 750W, PERFURAÇÃO EM AÇO COM DIÂMETRO NÃO INFERIOR A 13 MM, PERFURAÇÃO EM CONCRETO COM DIÂMETRO NÃO INFERIOR A 16MM, CAPACIDADE DE IMPACTOS POR MINUTO NÃO INFERIOR A 0-48.400 BPM, CAPACIDADE DE ROTAÇÃO SEM CARGA NÃO INFERIOR A 0-3.250MIN, MANDRIL DE 13MM, BOTÃO DESLIZANTE OU SELETOR PARA DEFINIÇÃO DAS FUNÇÕES DE USO COM OU SEM IMPACTO, INTERRUPTOR ELETRÔNICO DE PRÉ-SELEÇÃO DE VELOCIDADES, TRAVA PARA MANUTENÇÃO DE VELOCIDADE DE USO	125440	UN	1	470,66	470,66
52	ROTULADOR, NOME ROTULADOR DE FITA ADESIVA, LARGURA 12 MM, CARÁTERES 55, FUNCIONAMENTO ELETRÔNICO, FONTE DE ALIMENTAÇÃO A PILHA , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PORTÁTIL/ETIQUETAS DE PLÁSTICO	447274	Un	2	354,68	709,36
53	SIRENE MULTIAPLICAÇÃO, TIPO: ELETRÔNICA, SAÍDA: 12 V, ALCANCE: 500 M, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:AMPLIFICADOR, ENTRADA RÁDIOCOMUNICAÇÃO, MEGAFONE; SIRENE 100W RMS; ENTRADA RÁDIO, ENTRADA DE SINAL PARA SELEÇÃO DE TOM DE SIRENE; VINTE E UMA TECLAS DE COMANDO COM LED INDICADOR DE ACIONAMENTO, FUSÍVEL EXTERNO NO PAÍNEL TRASEIRO, ENTRADA E SAIDA PARA FUNÇÃO MÃOS LIVRES, OITO SAIDAS DIGITAIS(250MA), ENTRADA PARA LEITURA DE IGNIÇÃO,ENTRADA PARA FUNÇÃO I-SAVER, ENTRADA DE SINAL PARA ACIONAMENTO DE LUZ DE FUNDO DO PAINEL,INTERFACE DE COMUNICAÇÃO DIGITAL COM SINALIZADORES RONTAN, SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE BATERIA , CONTROLE DIGITAL DE VOLUME DO RADIO E DO MICROFONE.	22632	Un	40	3.300,00	132.000,00
54	GIROLED COM FIO - SINALIZADOR AUTOMOTIVO, MATERIAL POLICARBONATO, COR RUBI, TENSÃO 12 V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PEQUENO PORTE, IMÃ NA BASE E CABO ESPIRALADO LONGO C/ SINALIZADOR GIROLED DE 54 LEDS, SMD 0,2W (POTÊNCIA) VOLTAGEM: 12/24V EM FORMATO CÔNICO, QUE POSSUA FIXAÇÃO COM IMÃ PARA VEÍCULO, COM CÚPULA INJETADA EM POLICARBONATO DE COR RUBI E BASE INJETADA EM ABS DE ALTA RESISTÊNCIA. COMPOSTO POR LEDS DE ALTO BRILHO, COM EFEITOS LUMINOSOS,	301044	Un	50	1.200,00	60.000,00

NR ORD	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTD.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
	CABO DE LIGAÇÃO E PLUG PARA ACENDEDOR DE CIGARRO.					
55	ESTAÇÃO SOLDA, TIPO CORRENTE ALTERNADA, TENSÃO ALIMENTAÇÃO 220 V, FORMATO PONTA:REDONDO CHANFRADO, TIPO PONTA:REMOVÍVEL, CONTROLE CALOR:INCLUÍDO, CONTROLE TERMOSTÁTICO: INCLUÍDO, VALOR RESISTÊNCIA:MÍNIMA 50 W, PRESSÃO SUÇÃO SUGADOR: 500 MMHG, PESO MÉDIO CONTROLADOR: 3.700 G, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SUPORTE PARA O FERRO DE SOLDAR, ACOMPANHA KIT COM, FAIXA TEMPERATURA: 150 A 450 °C	275455	Un	1	403,82	403,82
56	PÓRTICOS DETECTORES DE METAIS (conforme especificações detalhadas no apêndice I, deste Termo de Referência)	248429	Un	5	19.000,00	95000,00
TOTAL						375.175,23

* Os preços estimados da planilha serão os considerados como máximos para aceitação da proposta pela Presidência da República.

** O critério de julgamento da licitação será o menor preço total, por item, observadas as exigências contidas neste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 O Departamento de Segurança Presidencial (DSEG) da Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial, de acordo com o Art.-8º do Anexo I do Decreto Nº 9.668, de 2 de janeiro de 2019, tem como missão zelar, assegurado o exercício do poder de polícia, pela segurança pessoal do Presidente da República (M), do Vice-Presidente da República (VPR) e respectivos familiares, dos titulares dos órgãos essenciais da Presidência da República e de outras autoridades ou personalidades, quando determinado pelo Presidente da República, bem como pela segurança dos palácios presidenciais e das residências do Presidente da República e do Vice-Presidente da República.

2.2 Para cumprir essas determinações legais, D DSeg possui em seu efetivo: Agentes de Segurança Pessoal (ASP), Agentes de Segurança das Instalações (ASI), Agentes de Segurança Técnicos (AST). Condutores de Veículos de Segurança (CVS), Supervisores de Segurança e Coordenadores de Segurança, os quais necessitam de equipamentos confiáveis e de qualidade, a fim de prover com eficácia, eficiência e efetividade a proteção das referidas autoridades e instalações.

2.3 O material da demanda em tela destina-se a prover os meios necessários aos servidores responsáveis pelos serviços técnicos administrativo e operacional, incluindo a manutenção da disponibilidade do parque de equipamentos de segurança destinado às atividades de segurança presidencial, motivo pelo qual necessita realizar as substituições/aquisições planejadas para cumprir sua atividade fim.

2.4 A especificação dos materiais segue o padrão exigido para o perfeito desempenho das atividades de segurança do DSEG, já consagradas e atualmente em uso.

2.5 Os quantitativos demandados correspondem ao planejamento das ações a serem desenvolvidas na sede do Departamento na cidade de Brasília e Escritório de Representação na cidade do Rio de Janeiro, levando-se em consideração as demandas diárias exigidas pelo efetivo de agentes de segurança pessoal, de agentes de segurança das instalações, de condutores de veículos de segurança e de agentes de segurança técnico do Departamento de Segurança Presidencial., conforme

documentos SEI 2735547 (Requisição de Material 002 /CTECICGLOG/DSEG/SCP) e 2640861 (Requisição de Material 01/1)IV TEC./DIV LOG OP/ERRJ iDSEG/SCP).

2.6 O histórico de aquisições anteriores encontra-se descrito conforme planilha abaixo:

ITEM	ANO DA AQUISIÇÃO	QUANTIDADE ADQUIRIDA	NÚMERO PROCESSO SEI
41	2018	250	00185.000174/2018-62
43	2018	350	00185.000174/2018-62
54	2018	30	00185.000068/2018-01

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1 A natureza do objeto a ser adquirido enquadra-se na classificação de bens comuns, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei 10.520, de 2002.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1 O prazo de entrega dos bens será contado do recebimento da Solicitação de Fornecimento, em remessa única, no seguinte endereço: Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial, Departamento de Segurança Presidencial, Coordenação-Geral de Logística, avenida N-2 Norte – S/N, Fundo do Palácio do Planalto, CEP 70150-900, em Brasília-DF, em horário das 08h às 11h30 e das 14h às 17h30, telefone (61) 3411- 6575, nas seguintes condições:

- a. para os itens de 1 (um) a 40 (quarenta) e de 44 (quarenta e quatro) a 55 (cinquenta e cinco) o prazo de entrega será de 30 (trinta) dias corridos;
- b. para os itens 41, 42 e 43 o prazo de entrega será de 120 (cento e vinte) dias corridos; e
- c. para o item 56 (cinquenta e seis) o prazo de entrega será de 90 (noventa) dias corridos.

4.2 Apesar de alguns itens se destinarem ao Escritório de Representação do Rio de Janeiro, todos os bens deverão ser entregues no endereço acima. Tal iniciativa visa a realização do processo de conferência e inclusão no patrimônio.

4.3 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da contratação, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na Proposta.

4.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 08 (oito) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.5.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da contratação.

4.7 Para o item 6 (material de consumo), será exigido da CONTRATADA, o cumprimento dos dispositivos referentes à sistemática de logística reversa, constantes da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

4.8 Da garantia dos bens.

a. para os itens 15, 16, 33, 39 e 44 a 55 a garantia será de, no mínimo, 12 (doze) meses, a contar da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo.

b. para o item 6 e 56 a garantia será de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, a contar da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo.

4.8.1 Durante o período de garantia, a adjudicatária, independentemente de ser ou não fabricante do objeto, obriga-se a substituir, sem ônus para o GSI/PR, o objeto que apresentar defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis, a contar da notificação.

4.8.1.1 O pedido de substituição do objeto, durante o período de garantia, será formalizado por telefone, e-mail, fax ou outro meio hábil de comunicação.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 São obrigações da Contratante:

5.1.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3 comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5 efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.1.1.1 O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;;

6.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4 comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6 indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

6.1.7 conhecer e responsabilizar-se por todas as providências e deveres estabelecidos na legislação, normas, políticas e procedimentos de Segurança da Informação da Secretaria de Administração e adotados pela Contratada para execução do contrato.

7. SUBCONTRATAÇÃO

7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO

10.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.12 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

11. DO REAJUSTE

11.1 Os preços são fixos e irrevogáveis.

12. GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;

13.1.4 comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5 cometer fraude fiscal;

13.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

13.2.1 advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Administração;

13.2.2 multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

13.2.3 multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.2.4 em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.2.5 suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.2.6 impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

13.2.6.1 A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.

13.2.7 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.3. As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.5, 13.2.6 e 13.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

13.4 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

13.4.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.4.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.4.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.6 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

13.6.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.7 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

13.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.9 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

13.10 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.11 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.12 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

14.1 Como critério de aceitabilidade de preços, serão considerados como máximos os preços estimados da planilha, tanto global quanto unitários, constante no subitem 1.1 deste Termo de Referência.

14.2 O critério de julgamento da proposta é o menor preço total do item.

14.3 Da exigência de amostra:

14.3.1 Será exigida amostra para os seguintes itens: 41 - Fone de ouvido e microfone de lapela com PTT lateral e prendedor metálico; ITEM 42 - Tubo acústico transparente espiralado compatível com fone de ouvido com 2 fios RLN5311B; ITEM 43 - Pontas de borracha padrão de reposição transparente; ITEM 53 - Sirene multiaplicação, Tipo: Eletrônica, saída de 12V e ITEM 54 - Giroled com fio - Sinalizador automotivo, material policarbonato, cor rubi, tensão 12 V

14.3.2 Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pela documentação apresentada será exigido que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta.

14.3.2.1 A amostra deverá ser entregues, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, a contar da solicitação do órgão no seguinte endereço: Avenida N2 Norte – S/N – Atrás do Palácio do Planalto, CEP 70.150-900 - Brasília-DF, na Coordenação-Geral de Logística do Departamento de Segurança e Presidencial (DSeg) - Pavilhão de Comando da Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial - Piso Inferior - Sala 100 - telefone (61) 3411-6689.

14.3.2.1.1 A amostra deverá estar identificada da seguinte maneira:

- a) Número do Pregão;
- b) Número do item;
- c) Nome da empresa licitante.

14.3.2.2 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

14.3.2.3 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

14.3.3 A análise das amostras consiste na avaliação das condições mínimas de apresentação do bem, conservação das embalagens, prazo de validade e demais requisitos previstos na legislação vigente para a industrialização e embalagem, caso existente. Também serão verificadas as demais exigências inerentes à descrição de cada bem objeto do Termo de Referência:

14.3.4 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pela Administração, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Termo de Referência, a proposta do licitante será recusada.

14.3.5 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado.

Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

14.3.6 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

14.3.7 A equipe técnica responsável pela análise emitirá relatório técnico especificando as razões de sua decisão quanto à aprovação ou não das amostras apresentadas.

14.3.8. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 5 (cinco) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

14.3.8.1 A critério da Administração, a amostra aprovada poderá ser contabilizada como unidade fornecida.

14.3.9 Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

14.4 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

15. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

15.1 O preço total da aquisição está estimado em **R\$ 375.175,23** (trezentos e setenta e cinco mil, cento e setenta e cinco reais e vinte e três centavos).

– Material de consumo - **R\$ 84.653,31** (oitenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e três reais e vinte e três centavos), referente aos itens de 1 (um) ao 43 (quarenta e três).

– Equipamentos e Material Permanente - **R\$ 290.521,92** (duzentos e noventa mil, quinhentos e vinte e um reais e noventa e dois centavos), referente aos itens 44 (quarenta e quatro) ao 56 (cinquenta e seis).

15.2 Nos valores acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

16. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021, na Unidade Gestora 110322, Dotação Orçamentária UO 20101, Programa de Trabalho 04.122.4002.4693.0001, PTRES 168499, Natureza de Despesa 339030 – Material de consumo e Natureza de Despesa 449052 – Equipamentos e Material Permanente, Fonte 0100, mediante Orçamento Geral da União.

17. TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

17.1 Após a homologação da licitação, para os itens 41, 42 e 43 e 56, será firmado Termo de Contrato, para os demais será aceito Nota de Empenho. O prazo de vigência da contratação é de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

18. APÊNDICES

18.1 Apêndice I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PÓRTICOS DETECTORES DE METAIS

18.2 Apêndice II - MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO;

18.3 Apêndice III - MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO;

18.4 Apêndice IV - MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO;

18.5 Apêndice V - MODELO DE TERMO DE GARANTIA; e

18.6 Apêndice VI - ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES – ETP

Brasília, 31 de agosto de 2021.

NÉLIO MARINHO NUNES FERREIRA – Cel EB

Coordenador-Geral de Logística

Aprovo:

GUSTAVO SUAREZ DA SILVA – Cel EB

Diretor do Departamento de Segurança Presidencial

APÊNDICE I DO TERMO DE REFERÊNCIA

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS PÓRTICOS DETECTORES DE METAIS – ITEM Nº 56

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- 1.1. O equipamento deverá ser novo e de primeiro uso, não sendo aceitos aparelhos híbridos ou protótipos.
- 1.2. A estrutura do pórtico deve ser suficientemente robusta e resistente a impactos mecânicos como colisão, choque e pressões provocadas pelo tráfego de pessoas, e possuir dispositivo para fixação no piso imune à penetração de água.
- 1.3. Possuir painéis laváveis e indeformáveis dotados de bordas a prova de impactos proporcionando uma eficiente proteção mecânica e de umidade. a parte inferior dos painéis deverão ser dotados de bases em polímeros (abs ou superior) para proteção da umidade de piso com altura de no mínimo 100mm.
- 1.4. Possuir revestimento de materiais sintéticos de forma que sujeitos a condições ambientais normais não requeiram qualquer tipo de manutenção para eliminar corrosões, ou repinturas, e evitem a deterioração da superfície ao longo da vida útil.
- 1.5. Não possuir qualquer rampa de passagem para pessoas através do portal, ou estrutura similar com essa finalidade.
- 1.6. Não possuir cantos ou pontas angulosas, pontiagudas ou afiadas, que possam causar danos em pessoas ou roupas.
- 1.7. Possuir todos os componentes do equipamento padronizados e intercambiáveis.
- 1.8. Altura interna (vão livre): de 2,0m a 2,20m.
- 1.9. Largura interna (vão livre) entre os painéis: 0,70m a 0,80m.
- 1.10. Profundidade: 0,50m a 0,70m.
- 1.11. Peso máximo: 100kg.
- 1.12. Possuir grau de proteção ip50 (norma ABNT NBR IEC 60529).

2. CARACTERÍSTICAS ELÉTRICAS:

- 2.1. Possuir ajuste automático para variações de tensão de 90 a 250 VAC e 60 hz, na linha de entrada, sem qualquer intervenção do operador e sem causar degradação no desempenho do detector.
- 2.2. Possuir proteção contra surtos de tensão na linha de alimentação.
- 2.3. Possuir cabo de alimentação que permita a instalação tanto na base de um de seus painéis laterais quanto em sua parte superior.
- 2.4. Possuir chave para desligamento geral e fusível de proteção.

3. CARACTERÍSTICAS ELETRÔNICAS:

- 3.1. Possuir unidade eletrônica do equipamento compacta e de fácil remoção, situada no interior do pórtico, junto às conexões elétricas e acondicionadas no interior de um compartimento fechado com chave, com grau de proteção ip51 (norma ABNT NBR IEC 60529).
- 3.2. Possuir sensores instalados em ambos os painéis (lados direito e esquerdo), que permitam a contagem de fluxo bidirecional conjugado com o acionamento do alarme.
- 3.3. Dispor de colunas de LEDS verticais de zonas de detecção, disposto na antena tx alocadas na entrada e na saída, para indicar o local do(s) objeto(s) metálico(s) detectado(s), conduzido(s) através do portal, iluminando simultaneamente as zonas que detectaram esses objetos. deverá ter a possibilidade de configuração para habilitar somente a coluna de entrada, somente a coluna de saída ou ambas simultaneamente;
- 3.4. Dispor de indicador de quantidade de massa metálica do objeto, em led com alocado no painel de controle, com pelo menos 8 (oito) níveis e de fácil visualização, sendo cada segmento com no mínimo 1,0x1,0cm.
- 3.5. Possuir unidade de controle com LCD provido de caracteres alfanuméricos, para atender às necessidades de operação, manutenção e demais ajustes de programa.
- 3.6. Possuir todas as suas funções de ajuste e funcionamento controladas por microprocessadores.
- 3.7. Possuir um sistema de auto diagnose para monitorar continuamente a sua operação de forma que, ocorrendo defeito ou falha, seja identificada a possível causa por meio de código específico no painel de alarme.
- 3.8. Quando configurado na sensibilidade desejada, independente do nível, caso sofra interferência proveniente de uma fonte externa (cadeiras de rodas, carrinhos de limpeza e de abastecimentos de concessionários) transitando na proximidade do pórtico, que dispare seu alarme, não deverá alterar o ajuste atual ou necessitar de recalibração.
- 3.9. Possuir registro de eventos de configurações. Todos os eventos devem ser registrados com data e hora exata e armazenas no mínimo as últimas 2000 ocorrências.

4. CARACTERÍSTICAS DE DETECÇÃO:

- 4.1. Possuir tecnologia de multizonas detectoras, constituídas por, no mínimo, 08 (oito) zonas de detecção independentes, distribuídas verticalmente, de modo a assegurar que os objetos sejam detectados separadamente pelas respectivas zonas.
- 4.2. Possuir capacidade de detecção consistente e uniforme em toda a área interna (vão livre) do pórtico, proporcionando a cobertura completa de inspeção do extremo superior ao extremo inferior da pessoa inspecionada e ser independente da posição ou orientação do objeto transitando por ele.
- 4.3. Possuir no mínimo 15 (quinze) programas de detecção, pré-selecionadas, para diferentes tipos e tamanhos de objetos metálicos em função da aplicação sendo no mínimo 3 (três) customizáveis.
- 4.4. Possuir ajuste de sensibilidade em 100 níveis diferentes para cada programa.
- 4.5. Possuir proteção contra alarme falso, sendo que, quando configurado no nível de sensibilidade desejado, o pórtico não pode gerar alarme falso por interferência de corpo humano (condutividade elétrica) ou quando a pessoa totalmente livre de objetos metálicos transpasse o mesmo.
- 4.6. Possuir capacidade de detecção de alta sensibilidade de objetos metálicos ferrosos e não ferrosos de dimensões e massas variados conforme estabelecido nos testes a serem realizados de acordo com este edital.

4.6.1. ter capacidade de detectar pequenas lâminas em todas as orientações com as seguintes características: lâmina de aço carbono de 76mm de comprimento x 19mm de largura e 1,6mm de espessura; lâmina de alumínio de 76mm de comprimento x 19mm de largura e 1,6mm de espessura; (medidas e materiais correspondentes aos simulacros da norma NIJ STANDARD 0601-02 OBJETOS MÉDIOS M. O); (facas e canivetes)

4.6.2. ter capacidade de detecção de todos os modelos de armas de fogo em todas as orientações, inclusive a de calibre 6.35 PT 51 com as seguintes características: peça em metal ferroso em formato “I” com comprimento 0,76cm, largura 0,57cm e espessura 0,14cm; peça em liga de zinco em formato “I” com comprimento 0,76cm, largura 0,57cm e espessura 0,14cm; peça em metal não ferroso em formato “I” com comprimento 0,76cm, largura 0,57cm e espessura 0,14cm; (medidas e materiais correspondentes aos simulacros da norma NIJ STANDARD 0601-02 OBJETOS GRANDES L.O); (armas de fogo)

4.6.3 capacidade de detectar pequenos objetos metálicos tais como: arma de fogo tipo pistola calibre 6.35mm, revolver calibre .22 e armas brancas tipo faca/ pequenos canivetes de inox, lâmina metálica de 1 mm de espessura, 30mm de largura e 80 mm de comprimento e atender a NIJ STANDARD 0601-02 (objetos grandes e médios). Mediante notificação a ser efetuada por meio do canal de comunicação (chat) no decorrer da sessão, irá convocar o participante mais bem classificado para a prova de conceito, mediante a apresentação de amostra do equipamento a ser entregue e instalado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a contar da notificação. A prova de conceito consistirá na realização de testes para comprovação do funcionamento e desempenho operacional do objeto em consonância com as características técnicas e operacionais exigidas no termo de referência e anexos.

4.7. Possuir estabilidade da capacidade de detecção, ou seja, esta não deve mudar com o tempo e, tampouco, necessitar de recalibração do equipamento.

4.8. Possuir capacidade de detecção de objeto a uma velocidade variando de 0,1 a 8,0 m/s em todos os sentidos.

5. CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO:

5.1. Operar com variações de temperatura ambiente entre -10° e 60° c e umidade relativa entre 0 e 95% não condensada.

5.2. Possuir condições de inspecionar 30 pessoas por minuto.

5.3. Não oferecer risco aos seres humanos e sistemas de apoio vital (portadores de marcapasso, implante cloquear, etc.). para atender a estas exigências, deverão ser observadas as normas IEC 61000-4-8 (imunidade a campo magnético); IEC 61000-4-3 (imunidade a campo eletromagnético irradiado); IEC 61000-4-2 (imunidade a descarga eletrostática); IEC 61000-4-6 (imunidade a perturbações por radiofrequência conduzida nos terminais de energia elétrica); IEC 61000-4-11 (imunidade a queda e interrupção de tensão); IEC 61000-4-5 (imunidade a surtos de tensão); IEC 61000-4-4 (imunidade a transientes elétricos rápidos); IEC 61000-6-4 (emissões radiadas e emissões conduzidas – CISPR 11 ou CISPR 22), cujo pórtico deverá possuir laudo emitido por laboratório certificado pelo INMETRO;

5.4. Possuir contador para os seguintes registros de tráfego e alarmes:

5.4.1. contagem crescente de pessoas que passam em ambos os sentidos; contagem crescente em um sentido e nula no sentido oposto.

5.4.2. contagem do número ou percentual de alarmes.

5.5. Possuir função de “reset” rápido para acionamento na condição de alarme, com tempo máximo de 2,0 segundos.

5.6. Equipamento em conformidade com a NIJ 0601.02 objetos grandes e objetos médios. No recebimento serão executados os testes para garantir o atendimento na íntegra da norma citada

5.7. Possuir no mínimo 2 (dois) níveis de senha programáveis, um para permitir que somente pessoas autorizadas acessem todos os ajustes e parâmetros, nível administrador e outro para permitir que operadores autorizados visualizem os ajustes programados e as informações estatísticas nível operador, sendo com possibilidade de cadastramento de no mínimo 2 (dois) administradores e 2 (dois) operadores;

6. INTERFERÊNCIA:

6.1. Operar sem interferir em aparelhos ou equipamentos elétricos/eletrônicos, nem sofrer interferência de qualquer natureza de equipamentos ou estruturas metálicas situadas nas proximidades.

6.2. Operar a uma distância de 20 (vinte) centímetros de um equipamento de raios x sem apresentar mudanças na homogeneidade de detecção ou falsos alarmes causados por interferências eletromagnéticas.

6.3. Possuir proteção contra ruídos e interferências de origem eletromagnética (rádio VHF, UHF, telefone sem fio, telefone celular, etc.) principalmente de fontes externas de radiofrequência ou estrutura metálica do local de instalação, não devendo, portanto, disparar o alarme do pátio.

7. ALARMES:

7.1. Possuir indicador sonoro, com alarme de alta intensidade com volume ajustável e tom programável.

7.2. Possuir alarme visual indicador de anormalidade na cor vermelha e indicador de “pronto para operar” na cor verde, alocado nas colunas de leds. Deverá ter a possibilidade de configuração para habilitar somente a de entrada, somente a de saída ou ambas simultaneamente.

8. DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA:

8.1. Juntamente com os equipamentos, a contratada fornecerá toda a documentação técnica em língua portuguesa, completa, atualizada, contendo os manuais e guias de instalação ilustrados.

APÊNDICE II DO TERMO DE REFERÊNCIA



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
SECRETARIA DE SEGURANÇA E COORDENAÇÃO PRESIDENCIAL
DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PRESIDENCIAL**

ORDEM DE FORNECIMENTO Nº ____/20____.

(MODELO)

Fornecedor: _____

CNPJ nº: _____._____._____/_____-____.

Fax: _____

Anexo: 2019NE_____, de ____ de _____ de 20____

Solicitamos a entrega dos materiais constantes da Nota de Empenho, em anexo, no Departamento de Segurança Presidencial, Via N-2 NORTE, Fundo do Palácio do Planalto, observadas as especificações e demais condições estabelecidas no Edital do respectivo processo de aquisição.

Prazo de entrega: ____ de _____ de 20____.

Horário de recebimento do material: Manhã: 08:00 às 12:00h / Tarde: 14:00 às 18:00h

Brasília/DF, ____ de _____ de 20____

Nome:

Departamento de Segurança Presidencial /GSIPR

Recebi a presente Ordem de Fornecimento, ciente das condições estabelecidas.

(Local), ____ de _____ de 20____

Nome:

Empresa

Obs: Favor datar, assinar e enviar via e-mail para (_____ @presidencia.gov.br).

APÊNDICE III DO TERMO DE REFERÊNCIA

LIQUIDACÃO E PAGAMENTO DE DESPESA CONTRATUAL

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO - FISCAIS

Número do Contrato:		Contratada/ razão social:	
CNPJ:		Vigência:	
Valor do contrato		Data de início da prestação	
Numero do processo de gestão e fiscalização			

Período de adimplemento ou mês da prestação liquidada:	
Nota fiscal/fatura n° (se houver):	

Ocorrências e providências:

1-Fatos positivos da execução

2-Fatos negativos da execução

3 – Abertura de processo de responsabilidade contratual do particular

4- Cálculo e aplicação de glosas

5 – Instrumento de Medição de Resultados

6 – Pesquisa com o público usuário

7 – Outras informações e análises

8 – TI – Prazo para o recebimento definitivo

Ressaltamos que o recebimento definitivo destes serviços e/ou bens ocorrerá em até _____ dias, desde que não ocorram problemas técnicos ou divergências quanto às especificações constantes do Contrato acima identificado.

Conclusão e recomendações:

APÊNDICE IV DO TERMO DE REFERÊNCIA

LIQUIDACÃO E PAGAMENTO DE DESPESA CONTRATUAL

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO – ATESTO DO GESTOR

Número do Contrato:		Contratada/razão social:	
CNPJ:		Vigência:	
Valor do contrato:		Data de início da prestação:	
Numero do processo de acomp. e fiscalização:			

Período de adimplemento ou mês da prestação liquidada/OS:	
Número da Nota fiscal/fatura (se houver):	
Valor da Nota Fiscal/fatura (se houver):	

[OPÇÃO 1 – adimplemento total]

Declaro, com base nos relatórios dos fiscais do contrato (SEI nºxxxx e xxxx) [e/ou com fundamento em outro(s) documento], que o serviço foi prestado em conformidade com as especificações do contrato, em razão do que realizo o atesto com o recebimento definitivo da prestação e o encaminhamento do processo para o pagamento da despesa, no montante de R\$ _____(por extenso).

[OPÇÃO 2 – havendo prestação em quantidade/qualidade menor que a devida]

Declaro, com base nos relatórios dos fiscais do contrato (SEI nºxxxx e xxxx) [e/ou com fundamento em outro(s) documento], que o serviço foi parcialmente prestado em conformidade com as especificações do contrato, em razão do que realizo o atesto parcial com recebimento definitivo apenas da parcela adimplida, fato que recomenda o encaminhamento do processo para o pagamento da despesa apenas na proporção indicada no montante de R\$ _____(por extenso).

[OPÇÃO 3 – havendo redimensionamento de valores a serem pagos]

Declaro, com base nos relatórios dos fiscais do contrato (SEI nºxxxx e xxxx) [e/ou com fundamento em outro(s) documento], que o serviço foi prestado com relativa conformidade com as especificações do contrato, todavia com incidência de redimensionamento de valor na aplicação do **Instrumento de Medição de Resultados-IMR**, em razão do que realizo o atesto com recebimento definitivo da parcela adimplida, fato que recomenda o encaminhamento do processo para o pagamento da despesa apenas na proporção indicada no montante de R\$ _____(por extenso).

[OPÇÃO 4 – inadimplemento total]

Declaro, com base nos relatórios dos fiscais do contrato (SEI nºxxxx e xxxx) [e/ou com fundamento em outro(s) documento], que o serviço não foi prestado conforme as especificações do contrato, em razão do que não se poderá realizar o pagamento solicitado pela contratada.

Nota(s) Fiscal(is)

Nº	Data de emissão	Valor	Multa	Glosa e redução	Crédito	Liquidação

APÊNDICE V DO TERMO DE REFERÊNCIA

(MODELO)

(em papel timbrado da empresa)

TERMO DE GARANTIA DOS PRODUTOS FORNECIDOS

A empresa _____, CNPJ _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____ RG _____ e CPF _____, compromete-se a prestar garantia, nos seguintes termos:

I. O objeto terá prazo de garantia de ____ (____) meses, a contar do recebimento definitivo.

II. Durante o período de garantia, a adjudicatária, independentemente de ser ou não fabricante do objeto, obriga-se a substituir, sem ônus para o GSI/PR, o objeto que apresentar defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis, a contar a notificação.

III. O pedido de substituição do objeto, durante o período de garantia, será formalizado por telefone, *e-mail*, fax ou outro meio hábil de comunicação.

(local), ____ de _____ 20____.

(assinatura do representante legal)

Nome:

Empresa:

APÊNDICE VI DO TERMO DE REFERÊNCIA

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES – ETP

Arquivo do edital, em formato .pdf, disponível em:

www.gov.br/compras

www.gov.br/secretariageral/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/secretaria-de-administracao/licitacoes

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 18/2021 - GSI PROCESSO N.º 00185.001190/2021-02

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS (Proposta Comercial)

Referência: Pregão, na forma eletrônica, N° 018/2021-GSI

Data de Abertura: ____ / ____ / 2021

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	MARCA	QTD.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	ALICATE BICO, MATERIAL: AÇO CROMO VANÁDIO, TIPO:FINO E RETO, COMPRIMENTO:6 POL, APLICAÇÃO :MANUTENÇÃO EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS	UN		7		(*)
2	ALICATE DE CORTE, MATERIAL: AÇO CROMO VANÁDIO, TIPO CORTE:DIAGONAL, MATERIAL CABO:PLÁSTICO, TIPO CABO:ISOLADO 1.000 VOLTS, COMPRIMENTO: 6 POL	UN		7		(*)
3	ALICATE DESCASCAR FIO, MATERIAL AÇO, COMPRIMENTO 112 MM, ACABAMENTO REVESTIMENTO ISOLADO, CABO UTP/FTP, CFTV, RG58/RG59/RG62, CABOS ELÉTRICOS	UN		2		(*)
4	ALICATE PARA CLIMPAR, MATERIAL METAL, TIPO CABO ISOLADO, APLICAÇÃO CONECTORES RJ11 E RJ45, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM SISTEMA DE APERTO CATRACA	UN		2		(*)
5	ALICATE UNIVERSAL, MATERIAL EM AÇO CROMO VANÁDIO, TIPO RETO, MATERIAL CABO PLÁSTICO, TIPO CABO ISOLADO 750 VOLTS, TIPO CORTE LATERAL, COMPRIMENTO 8 POLEGADAS.	UN		5		(*)
6	BATERIA ESTACIONÁRIA SELADA ALTA CAPACIDADE, TENSÃO NOMINAL 12V, CAPACIDADE NOMINAL 180 AH, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM INDICADOR DE TESTE QUE PERMITA IMEDIATA VERIFICAÇÃO, VIDA ÚTIL MÍNIMO 02 ANOS; TENSÃO DE FLUTUAÇÃO: 13,4 A 13,8V; TENSÃO DE CARGA: 14,4 A 14,8V; TENSÃO DE EQUALIZAÇÃO: 15,2 A 15,8V; PESO : 44,90 KG; GARANTIA: 24 MESES; DIMENSÕES (COMP X LARG X ALT) : 510 X 213 X 230 MM.APLICAÇÕES: UPS/NO-BREAK, PABX, CENTRAIS TELEFÔNICAS, SINALIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA, ENERGIA SOLAR, ENERGIA EÓLICA, MONITORAMENTO REMOTO, ALARMES, VIGILÂNCIA ELETRÔNICA, SUBESTAÇÕES ELÉTRICAS, BANCOS, TELECOMUNICAÇÕES E BANCOS DE DADOS. REFERÊNCIA BATERIA ESTACIONÁRIA SELADA BOSCH OU SUPERIOR.	Un		2		(*)
7	BROCA WÍDIA, MATERIAL CORPO EM AÇO CARBONO, DIÂMETRO DE 8 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS HASTE	un		8		(*)

	CILÍNDRICA, APLICAÇÃO PERFURAÇÃO DE CONCRETO					
8	BROCA WÍDIA, MATERIAL CORPO EM AÇO CARBONO, DIÂMETRO DE 10 MM, COMPRIMENTO DE 260 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ENCAIXE TIPO SDS PLUS, APLICAÇÃO:PERFURAÇÃO DE CONCRETO	un		5		(*)
9	CABO ÁUDIO E VÍDEO\, APLICAÇÃO SISTEMA DE ÁUDIO E VÍDEO\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS XLR EM AMBAS AS PONTAS "MEDUSA"\, TIPO CABO MULTICABO\, QUANTIDADE DE VIAS 20, "CABO XLR CABO ÁUDIO E VÍDEO\, MATERIAL CONDUTOR COBRE\, MATERIAL ISOLAMENTO CO NDUTOR PVC\,APLICAÇÃO MICROFONE\, ACESSÓRIOS CONECTOR XLR MACHO E FÊMEA\, MATERIA L COBERTURAPVC EMBORRACHADO\, COMPRIMENTO 20 M. TRATAMENTO DIFERENCIADO: TIPO I -", CABO ÁUDIO E VÍDEO\, APLICAÇÃO CONECTAR CAMERA A MESA DE CORTE\, TIPO CABO RCA+BNC\, COMPRIMENTO 20 M	Un		5		(*)
10	CABO LÓGICO BLINDADO, APLICAÇÃO: PARA REDE CAT6E SEM ESPELHO, FORMAÇÃO DO CABO: 4 X 24 AWG, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: O REVESTIMENTO EXTERNO DO CABO DEVERÁ TER UMA ESCA, MATERIAL DO CONDUTOR: COBRE RÍGIDO, NORMAS TÉCNICAS: EIA, TIA 568 A, MATERIAL ISOLAMENTO: PVC DE ALTA INTENSIDADE, ESPESSURA MÍNIMA: 0,58 MM, TIPO: STP DE PAR TRANÇADO, FAIXA DE FREQUÊNCIA: ATÉ 350 MHZ, RESISTÊNCIA A TRAÇÃO: ATÉ 400N. ROLO COM 100 M.	Rolo		4		(*)
11	CADEADO, MATERIAL LATÃO MACIÇO, MATERIAL HASTE AÇO CEMENTADO, COR AMARELA, ALTURA 25, LARGURA 17, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CAPA TERMOPLÁSTICA / 2 CHAVES, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR AS MARCAS PADO, PAPAIZ, STAM, GOLD, VONDER, NÃO PODENDO SER CADEADO CHINÊS, POIS ESTES PODEM SER ABERTOS COM UM CLIPS PARA PAPEL. (ACEITO VARIAÇÃO DE +OU- 5MM)	un		10		(*)
12	CHAVE DE FENDA, MATERIAL: AÇO CROMO VANÁDIO - DIM 17200-59CR, CABO: POLIPROPILENO SIMPLES, TAMANHO:6 X 1/4 POL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: HASTE NIQUELADA E CROMADA/PONTA FOSFATIZADA, TIPO PONTA: FENDA CRUZADA.	un		6		(*)
13	CONECTOR, MATERIAL PLÁSTICO RÍGIDO, TIPO RJ 45 MACHO, APLICAÇÃO CABEAMENTO ESTRUTURADO DE REDE DE INFORMÁTICA, PACOTE COM 100 UN.	PCT		2		(*)
14	FERRAMENTA DE INSERÇÃO, TIPO USO PUCHDOWN, INSERÇÃO, FIXAÇÃO CONECTOR PLUG RJ45, APLICAÇÃO EM CABO DE REDE UTP/STP, 5E, KEYSTONE, PATCH PANEL	UN		2		(*)
15	FERRO DE SOLDAR, POTÊNCIA 70W, TENSÃO 110 V, APLICAÇÃO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, FORMATO PONTA CÔNICO RETO, TIPO PONTA REMOVÍVEL	UN		4		(*)
16	FERRO DE SOLDAR, POTÊNCIA 70W, TENSÃO 220 V, APLICAÇÃO SERVIÇOS DE	Un		3		(*)

	MANUTENÇÃO, FORMATO PONTA CÔNICO RETO, TIPO PONTA REMOVÍVEL					
17	FIO ELÉTRICO ISOLADO, MATERIAL DO CONDUTOR COBRE, SEÇÃO NOMINAL 2,5 MM, TENSÃO ISOLAMENTO 750 V, MATERIAL ISOLAMENTO PVC, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS FLEXÍVEL, COR DO ISOLAMENTO BRANCA, ROLO COM 100 M	Rolo		2		(*)
18	FIO ELÉTRICO ISOLADO, MATERIAL DO CONDUTOR COBRE, SEÇÃO NOMINAL 2,5 MM, TENSÃO ISOLAMENTO 750 V, MATERIAL ISOLAMENTO PVC, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS FLEXÍVEL, COR DO ISOLAMENTO BRANCA, ROLO COM 100 M	Rolo		2		(*)
19	FIO ELÉTRICO ISOLADO, MATERIAL DO CONDUTOR COBRE, SEÇÃO NOMINAL 2,5 MM, TENSÃO ISOLAMENTO 750 V, MATERIAL ISOLAMENTO PVC, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS FLEXÍVEL, COR DO ISOLAMENTO BRANCA, ROLO COM 100 M	ROLO		3		(*)
20	FIO SOLDA, MATERIAL NÚCLEO: FLUXO, TEOR ESTANHO 40 PER, TEOR CHUMBO 60 PER, DIÂMETRO 2,40 MM, PRAZO VALIDADE 24 MESES, PERCENTUAL MATERIAL NÚCLEO 1,20 A 1,60 PER, NORMAS TÉCNICAS: ASTM B 32/94. CARRETELA COM 500G.	Rolo		4		(*)
21	FITA ISOLANTE ELÉTRICA, COMPRIMENTO: 10 M, LARGURA: 19 MM, ESPESSURA: 0,76 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ALTA FUSÃO	UN		30		(*)
22	FITA ISOLANTE ELÉTRICA, MATERIAL BÁSICO: PVC - CLORETO DE POLIVINILA, RESISTÊNCIA À TENSÃO: ATÉ 750 V, COR: PRETA, CLASSE TEMPERATURA: 90 °C, COMPRIMENTO: 20 M, LARGURA: 19 MM, ESPESSURA: 0,25 MM.	Rolo		20		(*)
23	FUSÍVEL VEÍCULO AUTOMOTIVO, TIPO LÂMINA, AMPERAGEM 10 , APLICAÇÃO VEÍCULOS NACIONAIS E IMPORTADOS	un		200		(*)
24	FUSÍVEL VEÍCULO AUTOMOTIVO, TIPO: LÂMINA, AMPERAGEM: 20, APLICAÇÃO: VEÍCULOS NACIONAIS E IMPORTADOS	Un		200		(*)
25	FUSÍVEL VEÍCULO AUTOMOTIVO, TIPO: LÂMINA, AMPERAGEM: 5, APLICAÇÃO:VEÍCULOS NACIONAIS E IMPORTADOS	UN		200		(*)
26	FUSÍVEL VEÍCULO AUTOMOTIVO, TIPO: MINI, ELEMENTO CURTO, APLICAÇÃO: VEÍCULOS NACIONAIS E IMPORTADOS, CORRENTE NOMINAL: 20 AH, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COR AMARELO	UN		200		(*)
27	FUSÍVEL VIDRO, CORRENTE NOMINAL 3 AH, APLICAÇÃO PROTEÇÃO CIRCUITO ELÉTRICO, TIPO 2AG, TENSÃO NOMINAL 250 V.	UN		200		(*)
28	FUSÍVEL VIDRO, CORRENTE NOMINAL: 10 AH, APLICAÇÃO: APARELHOS ELÉTRICOS, DIÂMETRO NOMINAL: 5 MM, COMPRIMENTO NOMINAL: 25 MM	UN		11		(*)
29	GARRA JACARÉ, MATERIAL: METAL, MATERIAL ISOLAMENTO: BORRACHA, COR: VERMELHA, COMPRIMENTO: 5 CM, ABERTURA : 25 MM, CORRENTE NOMINAL: 10 AH	UN		54		(*)

30	GARRA JACARÉ, MATERIAL: METAL, MATERIAL ISOLAMENTO: BORRACHA, COR: PRETA, COMPRIMENTO: 5 CM, ABERTURA: 25 MM, CORRENTE NOMINAL: 10 AH	UN		50		(*)
31	ISOLANTE TÉRMICO, ASPECTO FÍSICO: PASTA, 100G, APLICAÇÃO: PROCESSADOR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONDUTIVIDADE TÉRMICA 9.24W/M.°C/ TEMPERATURA 0-200, MATERIAL: PRATA	UN		9		(*)
32	PASSA FIO, MATERIAL AÇO, COMPRIMENTO 20 M, COM PONTA FLEXÍVEL	UN		2		(*)
33	PISTOLA DE APLICAÇÃO DE COLA, TENSÃO ALIMENTAR 110/220, POTENCIA 60 W, APLICAÇÃO COLAGEM, CARACTERÍSTICAS, ADICIONAL PROFISSIONAL.	UN		8		(*)
34	PLUGUE CONECTOR MACHO DE ACENDEDOR DE CIGARRO PARA CARRO / VEÍCULOS IDEAL PARA APLICAÇÕES EM EQUIPAMENTOS DE USO PORTÁTIL LIGADOS NA TOMADA 12V DOS VEÍCULOS. MATERIAL DO CORPO EM BAQUELITE; COMPRIMENTO TOTAL: 75 MM; DIÂMETRO DO CORPO: 19 MM; LARGURA DO CORPO COM AS TRAVAS DE PRESSÃO: 26,5 MM; DIÂMETRO DO PINO DE CONTATO FRONTAL: 3/16" (4,7MM)	Un		25		(*)
35	RÉGUA ELÉTRICA, MATERIAL CHAPA AÇO SAE 1010, TIPO VERTICAL E HORIZONTAL, TAMANHO 1U, QUANTIDADE DE TOMADAS SAÍDA (2P + T), CHAVE LIGA/DESLIGA, SEM DISJUNTOR, COMPRIMENTO DO CABO 2M, TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO 110V/220V, APLICAÇÃO RACK PADRÃO 19	UN		3		(*)
36	TUBO ISOLANTE, TIPO ESPAGUETE TERMOCONTRATIL, TAMANHO 12 MM, COR PRETA, NORMAS TÉCNICAS DTL-23053/5, APLICAÇÃO ELÉTRICA EM GERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ALTAMENTE RETARDANTE À CHAMA, COM PROTEÇÃO ANTI CHA, MATERIAL ISOLANTE BÁSICO. APROVAÇÃO UL: VW-1 600V A 125°C N° E204071 DE ACORDO COM NORMA ROHS, INDICADO PARA ISOLAÇÃO E VEDAÇÃO EM EMENDAS DE CABOS E CHICOTES. OFERECIDO EM ROLO COM 100 METROS DE COMPRIMENTO.	M		300		(*)
37	RODA PARA APLICAÇÃO EM PÓRTICO DETECTOR DE METAL MÓVEL, FABRICA EM GEL CRISTAL, MEDINDO: 75 MM DE DIÂMETRO, ESPESSURA 22 MM. RODA COM ROLAMENTO FURO PASSANTE, INDICADA PARA APLICAÇÕES COMO, MÓVEIS, DISPLAYS, EXPOSITORES ETC. RODA INJETADA EM POLIURETANO TEMPERATURA MÍN. A MAX.: -20°C A 70°C DUREZA DA RODA: 95 SHO	Un		40		(*)
38	SOLUÇÃO LIMPADORA, APLICAÇÃO: LIMPEZA, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ÁLCOOL ISOPROPÍLICO 99%, EMBALAGEM DE 1 LITRO.	Un		5		(*)
39	SUGADOR DE SOLDA MANUAL, CORPO EM ALUMÍNIO, TAMANHO DE 194 MM.	Un		5		(*)
40	TESTADOR, CONECTORES RJ11, RJ45 E USB, APLICAÇÃO EM REDE DE INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:	UN		4		(*)

	COM LED INDICADORES DE LOCAL/DEFEITO E CONEXÕES INTER, MODELO LK-CTO6N					
41	FONE DE OUVIDO E MICROFONE DE LAPELA COM PTT LATERAL E PRENDEDOR METÁLICO DE USO DISCRETO, COR BEGE, MARCA MOTOROLA. CONTENDO TUBO ACÚSTICO TRANSLÚCIDO ESPIRALADO, PONTA AUDITIVA DE SILICONE, PLUG MACHO DE 3,5MM ROSCÁVEL. COMPATÍVEL COM O ADAPTADOR BDN6783B, USADO NO RÁDIO PORTÁTIL MOTOROLA XTS 4250 E XTS 3000. MODELO DE REFERÊNCIA: MOTOROLA RLN5311B OU MELHOR QUALIDADE.	Un		50		(*)
42	PEÇAS/ACESSÓRIOS - PONTAS AUDITIVA DE BORRACHA PADRÃO DE REPOSIÇÃO TRANSPARENTE, PACOTE COM 50 UNIDADES PARA UTILIZAÇÃO NO TUBO AUDITIVO RLN 6242, COMPATÍVEL COM AURICULAR BDN6668, PACOTE COM 50 UN.	Pct		4		(*)
43	TUBO ACÚSTICO TRANSPARENTE ESPIRALADO COMPATÍVEL COM O FONE DE OUVIDO COM 2 FIOS RLN5311B. MODELO DE REFERÊNCIA: MOTOROLA RLN6242 OU MELHOR QUALIDADE.	Un		100		(*)
44	JOGO DE CHAVE DE FENDA, MATERIAL HASTE AÇO CROMO VANÁDIO, TIPO PONTA CHATA, BÍTOLA 1/8X3, 3/16X4, 5/16X5, 3/16X6 E 1/8X8, APLICAÇÃO EM MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS, TIPO CABO ISOLADO	JOGO		2		(*)
45	JOGO DE CHAVE DE FENDA, MATERIAL HASTE AÇO CROMO VANÁDIO, TIPO PONTA PHILLIPS, BÍTOLA 3X60, 4,5X80, 6X150, 8X200 E 10X150. APLICAÇÃO EM MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS, MATERIAL CABO POLIPROPILENO, TRATAMENTO SUPERFICIAL PONTA FOSFATIZADA	JOGO		1		(*)
46	JOGO DE CHAVE, MATERIAL AÇO CROMO VANÁDIO, TIPO CANHÃO, QUANTIDADE DE PEÇAS 11, APLICAÇÃO EM MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS MECÂNICO/ELETRÔNICO, COMPONENTES 3, 5 6, 7 8, 9, 10, 11, 12, 13 E 14MM, MATERIAL CABO POLIPROPILENO, COM SEXTAVADO INTERNO, TAMANHO LONGO	JOGO		2		(*)
47	JOGO DE CHAVE, MATERIAL AÇO CROMO VANÁDIO, TIPO FIXA, QUANTIDADE DE PEÇAS 8, APLICAÇÃO EM MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS MECÂNICO/ELETRÔNICO, COMPONENTES 6X7, 8X9, 10X11, 12X13, 14X15, 16X17, 18X19, 20X22, ACABAMENTO SUPERFICIAL CROMADO	JOGO		2		(*)
48	JOGO DE CHAVE, MATERIAL AÇO CROMO VANÁDIO, TIPO ALLEN, QUANTIDADE DE PEÇAS 25, COMPONENTES 1.3, 1.5, 2, 2.5, 3, 4, 4.5, 5, 5.5, 6, 7, 8, 10MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PONTAS ABAULADAS	JOGO		2		(*)
49	MULTÍMETRO, TENSÃO AC/CD 1000, CORRENTE DC 20, CORRENTE AC 20, RESISTÊNCIA 20, FREQUÊNCIA 200, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TRUE RMS/CATEGORIA III/PRECISÃO BÁSICA DE CAPACITÂNCIA 5000UF, TEMPERATURA 2º A 60º	UN		1		(*)
50	FURADEIRA E PARAFUSADEIRA DE IMPACTO, COM LUZ DE LED PARA MAIOR VISIBILIDADE DA	UN		1		(*)

	ÁREA DE TRABALHO, MANDRIL DE APERTO RÁPIDO, BIVOLT (110V/220V) DUAS VELOCIDADES, 42 NM DE TORQUE, 16 POSIÇÕES DE TORQUE, MANDRIL DE 1/2" OU 13MM, VELOCIDADE SEM CARGA 450 RPM/1500 RPM, COM OS SEGUINTE ACESSÓRIOS: UM CARREGADOR DE BATERIA, DUAS BATERIAS ION LÍTIO 20V, MALETA PLÁSTICA					
51	FURADEIRA ELÉTRICA DE IMPACTO QUE ATENDA ÀS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES: POTÊNCIA NÃO INFERIOR A 750W, PERFURAÇÃO EM AÇO COM DIÂMETRO NÃO INFERIOR A 13 MM, PERFURAÇÃO EM CONCRETO COM DIÂMETRO NÃO INFERIOR A 16MM, CAPACIDADE DE IMPACTOS POR MINUTO NÃO INFERIOR A 0-48.400 BPM, CAPACIDADE DE ROTAÇÃO SEM CARGA NÃO INFERIOR A 0-3.250MIN, MANDRIL DE 13MM, BOTÃO DESLIZANTE OU SELETOR PARA DEFINIÇÃO DAS FUNÇÕES DE USO COM OU SEM IMPACTO, INTERRUPTOR ELETRÔNICO DE PRÉ-SELEÇÃO DE VELOCIDADES, TRAVA PARA MANUTENÇÃO DE VELOCIDADE DE USO	UN		1		(*)
52	ROTULADOR, NOME ROTULADOR DE FITA ADESIVA, LARGURA 12 MM, CARÁCTERES 55, FUNCIONAMENTO ELETRÔNICO, FONTE DE ALIMENTAÇÃO A PILHA , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PORTÁTIL/ETIQUETAS DE PLÁSTICO	Un		2		(*)
53	SIRENE MULTIAPLICAÇÃO, TIPO: ELETRÔNICA, SAÍDA: 12 V, ALCANCE: 500 M, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:AMPLIFICADOR, ENTRADA RÁDIOCOMUNICAÇÃO, MEGAFONE; SIRENE 100W RMS; ENTRADA RÁDIO, ENTRADA DE SINAL PARA SELEÇÃO DE TOM DE SIRENE; VINTE E UMA TECLAS DE COMANDO COM LED INDICADOR DE ACIONAMENTO, FUSÍVEL EXTERNO NO PAINEL TRASEIRO, ENTRADA E SAIDA PARA FUNÇÃO MÃOS LIVRES, OITO SAIDAS DIGITAIS(250MA), ENTRADA PARA LEITURA DE IGNIÇÃO,ENTRADA PARA FUNÇÃO I-SAVER, ENTRADA DE SINAL PARA ACIONAMENTO DE LUZ DE FUNDO DO PAINEL,INTERFACE DE COMUNICAÇÃO DIGITAL COM SINALIZADORES RONTAN, SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE BATERIA , CONTROLE DIGITAL DE VOLUME DO RADIO E DO MICROFONE.	Un		40		(*)
54	GIROLED COM FIO - SINALIZADOR AUTOMOTIVO, MATERIAL POLICARBONATO, COR RUBI, TENSÃO 12 V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PEQUENO PORTE, IMÃ NA BASE E CABO ESPIRALADO LONGO C/ SINALIZADOR GIROLED DE 54 LEDS, SMD 0,2W (POTÊNCIA) VOLTAGEM: 12/24V EM FORMATO CÔNICO, QUE POSSUA FIXAÇÃO COM IMÃ PARA VEÍCULO, COM CÚPULA INJETADA EM POLICARBONATO DE COR RUBI E BASE INJETADA EM ABS DE ALTA RESISTÊNCIA. COMPOSTO POR LEDS DE ALTO BRILHO, COM EFEITOS LUMINOSOS, CABO DE LIGAÇÃO E PLUG PARA ACENDEDOR DE CIGARRO.	Un		50		(*)
55	ESTAÇÃO SOLDA, TIPO CORRENTE ALTERNADA, TENSÃO ALIMENTAÇÃO 220 V, FORMATO PONTA:REDONDO CHANFRADO, TIPO PONTA:REMOVÍVEL, CONTROLE	Un		1		(*)

	CALOR:INCLUÍDO, CONTROLE TERMOSTÁTICO: INCLUÍDO, VALOR RESISTÊNCIA:MÍNIMA 50 W, PRESSÃO SUCÇÃO SUGADOR: 500 MMHG, PESO MÉDIO CONTROLADOR: 3.700 G, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SUPORTE PARA O FERRO DE SOLDAR, ACOMPANHA KIT COM, FAIXA TEMPERATURA: 150 A 450 °C					
56	PÓRTICOS DETECTORES DE METAIS (conforme especificações detalhadas no Apêndice I)	Un		5		(*)

(*) O preço **total** é o que deve ser cadastrado no sistema Comprasnet.

1 Observações:

1.1 Prazo de validade da proposta de ____ (____) **dias**, a contar da data de sua apresentação. *(No mínimo, 60 (sessenta) dias)*

2 Declaração

2.1 Declaro expressamente estarem incluídos no preço todos os impostos, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto deste pregão.

3 Dados da empresa:

Empresa/Razão Social:

Endereço:

CEP:

CNPJ:

Telefone:

Banco:

Agência:

Conta-Corrente:

E-mail:

4 Qualificação do preposto autorizado a firmar o Contrato:

Nome completo:

CPF:

RG:

_____, ____ de _____ de 2021.

(Nome completo do declarante (Responsável legal) – ID – CPF

ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 18/2021-GSI PROCESSO N.º 00185.001190/2021-02

DECLARAÇÃO QUE NÃO MANTÉM FAMILIAR

Eu,, portador da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., na qualidade de Representante Legal da empresa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede na, declaro para todos os fins de direito que, nos termos do subitem 14.2.1 do edital do Pregão, na forma eletrônica, nº 18/2021-GSI, que não mantém vínculo familiar entre sócios ou dirigentes desta empresa com servidores do órgão contratante que tenha poder de influência sobre a condução da licitação. A constatação da inveracidade da declaração será motivo para rescisão contratual, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Por ser verdade firmo a presente declaração para que surtam os seus jurídicos e legais efeitos.

(Local), (UF), ____ de _____ de 2021.

Representante legal da licitante – ID – CPF

ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 18/2021-GSI PROCESSO N.º 00185.001190/2021-02

DECLARAÇÃO DE OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL

Ilmo. Sr.

(pessoa jurídica pagadora)

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº..... DECLARA à (nome da pessoa jurídica pagadora), para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e

b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data.....

Assinatura do Responsável

ANEXO V

PREGÃO ELETRÔNICO N.18/2021 - GSI PROCESSO N.º 00185.001190/2021-02

TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL E A EMPRESA

A União, por intermédio do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, inscrito no CNPJ sob o nº 09.399.736/0001-59), com sede no(a), na cidade de /Estado ..., neste ato representado por, portador da matrícula funcional n.º, de acordo com a competência prevista no, publicada no Diário Oficial da União de, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, , na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº .18/2021-GSI, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de acessórios para automóveis, máquinas, ferramentas e utensílios de oficina e material de comunicações para o Departamento de Segurança Presidencial, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data da sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1 O preço do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

NR ORD	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
41	FONE DE OUVIDO E MICROFONE DE LAPELA COM PTT LATERAL E PRENDEDOR METÁLICO DE USO DISCRETO, COR BEGE, MARCA MOTOROLA. CONTENDO TUBO ACÚSTICO TRANSLÚCIDO ESPIRALADO, PONTA AUDITIVA DE SILICONE, PLUG MACHO DE 3,5MM ROSCÁVEL. COMPATÍVEL COM O ADAPTADOR BDN6783B, USADO NO RÁDIO PORTÁTIL MOTOROLA XTS 4250 E XTS 3000. MODELO DE REFERÊNCIA: MOTOROLA RLN5311B OU MELHOR QUALIDADE.	Un	50		
42	PEÇAS/ACESSÓRIOS - PONTAS AUDITIVA DE BORRACHA PADRÃO DE REPOSIÇÃO TRANSPARENTE , PACOTE COM 50 UNIDADES PARA UTILIZAÇÃO NO TUBO AUDITIVO RLN 6242 ,COMPATÍVEL COM AURICULAR BDN6668, PACOTE COM 50 UN.	Pct	4		
43	TUBO ACÚSTICO TRANSPARENTE ESPIRALADO COMPATÍVEL COM O FONE DE OUVIDO COM 2 FIOS RLN5311B. MODELO DE REFERÊNCIA: MOTOROLA RLN6242 OU MELHOR QUALIDADE.	Un	100		
56	PÓRTICOS DETECTORES DE METAIS (conforme especificações detalhadas no Apêndice I)	Un	5		

3.2 No preço acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 110322

Fonte: 100

Programa de Trabalho: 168499

Natureza de Despesa: 33.90.30 (R\$ 84.653,31); 44.90.52 (R\$ 290.521,92)

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de

acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.6 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.8 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.10 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.11.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

5.12 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.12.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.13 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1 Os preços são fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1 O prazo de entrega dos bens será contado do recebimento da Solicitação de Fornecimento, em remessa única, no seguinte endereço: Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial, Departamento de Segurança Presidencial, Coordenação-Geral de Logística, avenida N-2 Norte – S/N, Fundo do Palácio do Planalto, CEP 70150-900, em Brasília-DF, em horário das 08h às 11h30 e das 14h às 17h30, telefone (61) 3411- 6575, nas seguintes condições:

8.1.1 para os itens de 1 (um) a 40 (quarenta) e de 44 (quarenta e quatro) a 55 (cinquenta e cinco) o prazo de entrega será de 30 (trinta) dias corridos.

8.1.2 para os itens 41, 42 e 43 o prazo de entrega será de 120 (cento e vinte) dias corridos; e

8.1.3 para o item 56 (cinquenta e seis) o prazo de entrega será de 90 (noventa) dias corridos.

8.2 Apesar de alguns itens se destinarem ao Escritório de Representação do Rio de Janeiro, todos os bens deverão ser entregues no endereço acima. Tal iniciativa visa a realização do processo de conferência e inclusão no patrimônio.

8.3 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05(cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.5 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 08 (oito) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

8.5.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato.

8.6.1. Para o item 6 (material de consumo), será exigido da CONTRATADA, o cumprimento dos dispositivos referentes à sistemática de logística reversa, constantes da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

8.7 A garantia dos itens 5, 16, 33, 39 e 44 a 55 será de, no mínimo, 12(doze) meses, a contar da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo.

8.8 A garantia dos itens para o item 6 e 56 a garantia será de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, a contar da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo

CLAÚSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1 O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis-mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1 São obrigações da Contratante:

10.1.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

10.1.2 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.1.3 comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.1.4 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

10.1.5 efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

10.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.3 São obrigações da Contratada:

10.3.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.3.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

10.3.1.1.1 O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

10.3.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.3.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.3.1.4 comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.3.1.5 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.3.1.6 indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

10.3.1.7 conhecer e responsabilizar-se por todas as providências e deveres estabelecidos na legislação, normas, políticas e procedimentos de Segurança da Informação da Secretaria Especial de Administração e adotados pela Contratada para execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

11.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

11.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

11.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;

11.1.4 comportar-se de modo inidôneo;

11.1.5 cometer fraude fiscal;

11.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

11.2.1 advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Administração;

11.2.2 multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

11.2.3 multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.2.4 em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

11.2.5 suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

11.2.6 impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

11.2.6.1 A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 11.1 deste Contrato.

11.2.7 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

11.3. As sanções previstas nos subitens 11.2.1, 11.2.5, 11.2.6 e 11.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

11.4 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

11.4.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.4.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.4.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

11.6 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

11.6.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.7 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

11.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.9 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

11.10 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.11 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.12 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2 amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.4 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.5 O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3 Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

13.1 É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13.2 É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

13.2.1 A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

13.2.2 A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CASOS OMISSOS

15.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1 É eleito o Foro da Justiça Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Brasília, de de 2021.

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA